

|                 |                                 |
|-----------------|---------------------------------|
| <b>Expresso</b> | Periodicidade: <b>Semanal</b>   |
| 18-11-2022      | Classe: <b>Informação Geral</b> |
|                 | Âmbito: <b>Nacional</b>         |
|                 | Página(s): <b>1,8,9</b>         |

# Marcelo assume 'cuidados' com Angola no caso BIC

**Direita crítica de Costa  
e Marcelo apoia o ex-  
-governador. PGR e BCE  
calados sobre queixas  
de Carlos Costa p8**

Banca Presidente da República recebeu António Costa, Mário Centeno e Carlos Costa em Queluz antes de tomar posse. Saída de Isabel dos Santos do BPI era urgente. PR relatou tentativa de acordo

# Como Costa e Marcelo tentaram 'segurar' Luanda

Texto **ÂNGELA SILVA**  
 Fotos **TIAGO MIRANDA**

**M**arcelo Rebelo de Sousa pôs-se ao lado de António Costa na guerra mediática que esta semana na opção o primeiro-ministro e o ex-governador do Banco de Portugal Carlos Costa. Mas foi mais além e não deixou de reconhecer que os interesses diplomáticos Portugal-Ángola estiveram presentes na gestão da crise bancária, nomeadamente no caso BPI, que ele próprio se viu forçado a partilhar com o PM antes de chegar a Belém.

O Presidente assumiu-o publicamente na quarta-feira, um dia após o lançamento do livro "O Governador" que acompanhava em silêncio e sobre o qual só quis abordar o caso que passou pela saída de Isabel dos Santos do BPI. Do Banif, que Marques Mendes

defendeu na apresentação do livro merecer investigação criminal, por favorecimento ao Santander, não quis falar. Ficou-se por um "aguardo para ver". Mas sobre o caso BPI, que levou Carlos Costa a denunciar um telefonema que terá recebido do PM em 2016 dizendo-lhe que não se podia "tratar mal a filha do PR de um país amigo", Marcelo assumiu ter sido "tentado um acordo", que passava por manter Isabel dos Santos na gestão do BIC.

A demissão do ex-governador, que começou pelo tal telefonema, mas evoluiu para o relato de um SMS que diz ter recebido do PM na semana passada a corrigir o que lhe terá dito na altura — era "inoportuno" afastar Isabel dos Santos do BIC, terá dito António Costa, mas nega ter dito que não se podia tratar mal a filha de J.E.S.

...motivos sucessivos documentados do PM. Após tornar público que avançará com um processo judicial em defesa do seu "bom nome, honra e consideração", António Costa acusou o ex-governador de transmitir "um conjunto de mentiras, meias-verdades

e deturpações" e de "montar uma operação política" contra o seu carácter.

Indepontível para comentar os ataques e contra-ataques que em Belém são vistos como "uma subida de tom que só prejudica as instituições", Marcelo achou conveniente assumir o que lhe dizia respeito. Eis o que disse: que no caso BPI "ainda foi tentado um acordo" com Isabel dos Santos, "laboriosamente construído" para enquadrar a saída da empresária do banco, e que isso passaria por permitir-lhe "que assumisse posição de gestão no BIC". O acordo falhou porque "o BCE não lhe reconheceu identidade". E Marcelo reconhece que isso "complicou as relações entre Estados, que já não estavam boas e passaram a péssimas, até ao fim do mandato de José Eduardo dos Santos".

A delicadeza da saída da filha do PM. Presidente angolano do banco começou a ser tratada por Costa e Marcelo antes de este chegar a Belém. A 15 de fevereiro de 2016, já eleito, mas ainda a aguardar posse e provisoriamente instalado no Palácio de

## PSD decide comissão "nos próximos dias"

O PSD decidirá "nos próximos dias" se avança sozinho para uma comissão parlamentar de inquérito aos casos denunciados por Carlos Costa. O líder parlamentar assegurou que não irão conversar com o Chega, que já pediu essa comissão e os votos do PSD por não ter deputados suficientes para a impor. "O PSD não é o Chega. O PSD não se precipita na análise de matérias que, ainda por cima, aparentemente, de facto, gravidade" diz fonte da direção social democrata. Já no PS, depois do impacto inicial, as tropas não ganharam se a estratégia é acusar o PSD de favorecer uma "política de casos" (ver texto pág. 10). **ANA HENRIQUES**

Queluz, Marcelo recebeu o ministro das Finanças, Mário Centeno, que lhe relatou os problemas pendentes no sistema financeiro português, com uma urgência à cabeça chamada BPI. Na altura, com a identidade de Isabel dos Santos em xeque no BCE, era preciso encontrar uma solução para contornar a blindagem dos escudatos do banco que seguravam a acionista. E Marcelo não perdeu tempo. No dia seguinte chamou ao palácio o PM e o governador do Banco de Portugal, tendo António Costa saído da reunião convicto de que, se não fosse o ainda Presidente Cavaco Silva a promulgar o decreto exigido por Frankfurt, perderia contar com o futuro Presidente.

## No tempo em que se combatia "a espanhização da banca"

Ao que o Expresso apurou e escreveu na altura, nessas reuniões Marcelo Rebelo de Sousa partilhava duas preocupações: evitar o domínio da banca nacional por um só país (Espanha acalentava esses temores em Lisboa, o que chegou a motivar um manifesto contra "a espanhização da banca") e evitar desmontar outros capitais (com Angola à cabeça). Na opinião do então futuro Presidente, devia-se tentar soluções equilibradas em relação à proveniência geográfica do capital dos bancos e, articulado com o Governo, Marcelo incluiu uma referência ao assunto, discreta mas evidente, no seu discurso de posse.

"Um sistema financeiro que previna, em vez de remediar, e que não crie estrangulamentos ou dependências contrárias ao interesse nacional". Em 20 palavras, estava lá tudo. Marcelo pedia uma regulação mais competente e eficaz para evitar novos escândalos (remonque a Carlos Costa). E avisava que para acutelar o interesse nacional isso passava, por um lado, por evitar que a banca nacional caísse nas mãos de um só país (o vizinho) e, por outro, por evitar retirar de cena capitais de parceiros que Portugal não podia dispensar (os angolanos).

A compra do Banif pelo Santander, que resultou de uma indicação da Comissão Europeia, surgiu num contexto

### FRASES



"Em nenhum momento algum dos intervenientes neste processo jamais pensou deixar de aplicar a lei que era desfavorável a Isabel dos Santos. (...) Esta é uma história que correu bem. O interesse nacional impunha que corresse assim"

Marcelo Rebelo de Sousa  
 Presidente da República



"Carlos Costa entendeu que devia montar uma operação política para me denegrir. (...) Não admito que se minta a respeito dos meus atos e das minhas intenções"

António Costa  
 Primeiro-ministro

Marques Mendes fez a apresentação do livro que resultou de entrevistas do jornalista Luís Rosa ao ex-governador Carlos Costa



to em Bruxelas e Frankfurt apontam para uma diminuição do número de bancos na Europa, o que se temia vir a fragilizar entidades bancárias portuguesas. Esse era, para Marcelo, o risco a combater: numa altura em que se receava que até o BCP acabasse em mãos espanholas. O outro foco era acuarlar as relações com Luanda. E aqui, PR e PM divergem da ortodoxia do BCE. O guião de política externa partilhado era claro: Portugal devia afirmar-se nas frentes europeia, africana e atlântica. Mas o retorno da iligação aos PALOP era uma prioridade para o Presidente, que não escondia os interesses económicos em jogo.

Ao reagir ao livro que está terceira-feira foi lançado com estrondo, o PR decidiu assumir a ligação entre as decisões políticas e financeiras e os interesses diplomáticos. E também foi claro a envolver Carlos Costa em todo o processo, quando disse que a tentativa de acordo com Isabel dos Santos "foi laboriosamente construída, em diálogo entre o governador, os acionistas angolanos e espanhóis e o Governo". Ele próprio, assumiu, "ia acompanhando", num procedimento que disse, "em teoria, não ser normal". E se "já é mais normal que o Governo acompanhe e intervenha", Marcelo sublinhou que neste caso o Executivo de Costa o fez "ostensivamente". Mas, concluiu, "era a única maneira de resolver o problema".

O importante, sublinhou, é que "em nenhum momento algum dos intervenientes neste processo jamais pensou deixar de aplicar a lei que era desfavorável a Isabel dos Santos". Ou seja, independentemente de haver ou não acordo com a empresária, o decreto que a retirou do BPI iniciara sempre pela sua mão e pela do PM. Conclusão: "Esta foi uma história que correu bem, porque o interesse nacional impunha que corresse assim".

Em Belém, onde recordam que Marcelo "não gosta de memórias" e já disse que nunca escreverá as suas, foi aplaudida a reacção do sucessor de Carlos Costa, Mário Centeno, que reagiu a este caso pedindo "respeito pelas instituições".

med@expresso.pt



## BCE e PGR em silêncio sobre queixas

Centeno falou, mas foi enigmático. De resto, nem Isabel dos Santos quer intervir

Embora a troca de fargas entre António Costa e Carlos Costa continue intensa, por conta das declarações do ex-governador que constam no livro "O Governador", o silêncio impera nas altas instâncias que foram, directa ou indirectamente, envolvidas. Nem o Banco Central Europeu nem a Procuradoria-Geral da República responderam se estão a abrir investigações por conta do acordo entre ex-governador e primeiro-ministro. Mário Centeno também tem sido enigmático e pouco falado sobre o tema.

O Banco Central Europeu não quis comentar o facto de um antigo governador de um banco central de euro, que era defensor do conselho em que se reúnem todos os governadores por dez anos, ter acusado de interferência política o primeiro-ministro. Não comenta se alguma vez ali chegou alguma queixa do Banco de Portugal sobre o tema. A assessoria da autoridade bancária europeia não respondeu, também, sobre se vai abrir alguma investigação sobre este assunto.

Já o governador do Banco de Portugal não reagiu à sugestão de Luis Marques Mendes de uma averiguação judicial à

resolução e venda do Banif ao Santander por favorecimento, em que Mário Centeno é um claro alvo da acusação. Contactado, o Banco de Portugal remeteu-se ao silêncio, não tendo o seu líder comentado também as questões colocadas no livro com as memórias de Carlos Costa (que defendeu a instituição). O que Centeno disse sobre a matéria foi pouco, mas ainda assim significativo, tanto que é citado em Belém (ver texto ao lado). Numa conferência, o atual governador apoiou o respeito pelas instituições e dizer de forma enigmática: "Ainda mantemos o mesmo velho hábito, que é o hábito de preservar a História com os dados censurados".

A antiga procuradora Joana Marques Vidal ouviu a acusação feita por Marques Mendes na apresentação do livro desta semana, e a sua sucessora, Lucília Gago, está em silêncio. Contactada pelo Expresso, a Procuradoria-Geral da República não respondeu à sugestão do conselho do Estado para investigar as circunstâncias em torno do fim do Banif, nem referiu se já houve alguma investigação sobre aquela resolução que aconteceu a 20 de dezembro de 2015 e que no ano seguinte foi alvo de uma comissão parlamentar de inquérito cujos conclusões foram partilhadas com o Ministério Público.

Outra intervenção é Isabel dos Santos, que Carlos Costa diz que quer afastar da administração do BIC em 2016, uma intervenção que, alega, motivou uma "interferência" de António Costa em sentido contrário. Também neste caso a assessoria de imprensa da investidora angolana mostrou indisponibilidade para responder.

DIAGO CAVALHEIRO  
 e ISABEL VICENTE  
 do@expresso.pt

### OS DOIS CASOS

**Caso Banif**  
 A Comissão Europeia duvidava da viabilidade do Banif. Era um problema por resolver. E, mal o Governo de António Costa chegou ao poder fez questão de acuar ainda mais o Executivo de Pedro Passos Coelho de o ter deixado por resolver. Quando a sua venda estava em curso, no fim de 2015, saiu uma notícia a referir que o banco vai fechar. Pouco depois, António Costa enviou uma carta ao BCE e a Bruxelas em que diz que o banco está já em pré-resolução — no livro, Carlos Costa diz ter sido enviada à sua revelia e que aquela situação de pré-resolução não era verdadeira naquele momento. Terá sido a carta, defende o ex-governador, a tornar o BCE mais agressivo com o Banif e a ditar os seus fim, acabando com uma medida de resolução no âmbito da qual é vendido ao Santander — num processo que Marques Mendes considera que tem contornos judiciais por defender, haver favorecimentos. António Costa fez sair uma nota do gabinete a apontar para um comunicado do Banco de Portugal que sete anos que anuncia a resolução, onde está inscrito o alinhamento de posições entre supervisor e Governo. Carlos Costa argumenta que o primeiro-ministro, ao enviar aquela carta a autoridades internacionais referindo preocupações com o sistema bancário, prejudicou não só o Banif como os restantes bancos nacionais.

**Caso BIC**  
 Carlos Costa afirma que António Costa, lhe telefonou em 2016 para dizer que "não se pode tratar mal a filha de um Presidente de um país amigo de Portugal", quando o supervisor questionava a manutenção de Isabel dos Santos na administração não executiva do Banco BIC, hoje Eurobic. O Presidente da República assumiu, na quarta-feira, que houve uma tentativa de diálogo que envolvia resolver a participação da empresária no BPI em conjunto com o caso BIC. Mas as regras do BCE impediram esse acordo. Sabe-se que houve uma reunião entre o ex-governador e Isabel dos Santos que não correu bem. Também se sabe que Carlos Costa não reconduziu a empresária angolana, que detinha e continuava a ter 42,5% do capital (hoje penhorados por causa do Luanda Leaks). Os factos revelam, contudo, que o seu sócio, Fernando Teles, acionista com 37,5% do BIC, não foi substituído, mas deixou a presidência não executiva mantendo-se como administrador não executivo até novembro 2020. Ao Expresso, acusou Carlos Costa de "mátraxas falsas", ameaçando ir para tribunal, como fez o primeiro-ministro. Naquela altura, Isabel dos Santos saiu da administração do BIC, mas a versão da investidora é que o fez porque foi então nomeada para a liderança da Sonangel. B.C. e L.V.



Passos Coelho a Montenegro na apresentação do livro que juntou passismo e cavajismo na Gulbenkian

## Presidente afasta-se do thriller da direita

"Há cegueira política nos sistemas felizes." Marcelo disse o minutos antes de abordar livro sobre a banca

O lançamento do livro "O Governador", do jornalista Luis Rosa — que revisita memórias do período 2010/2020 em que Carlos Costa governou o Banco de Portugal — talvez por apanhar os anos de brasa do secretismo, da ironia e do passismo, foi um verdadeiro toque a rebate da direita que nunca perdou a forma como Marcelo Rebelo de Sousa tem coabitado com o socialista que apoiou Passos Coelho e que detestou ouvir António Costa ameaçar o ex-governador com um processo criminal.

Paulo Portas, parte na coligação que antecedeu o contrato, foi a ausência mais notada na sala da Fundação Gulbenkian apinhada de gente. Mas é normal que Portas não tenha ido, tendo em conta que nunca gostou de Carlos Costa e muito se opôs quando Passos decidiu reconduzi-lo para um segundo mandato no cargo para que José Sócrates o tinha nomeado.

Portas falou, Maria Luís Albuquerque (que não alinhava com Portas) também, mas de Passos Coelho a Luis Montenegro, de Miguel Rovas a Paula Teixeira da Cruz, de Hugo Soares a José Pedro Aguiar Branco, de Carlos Moedas a António Pires de Lima, a memória do passismo passou por ali. Até Joana Marques Vidal, a ex-procuradora que Marcelo não reconduziu motivando a ira de passistas e cavajistas, quis estar presente.

Cavaco Silva não faltou. Ramalho Eanes também não e Luis Marques Mendes, que apresentou a obra após ter sido abandonado pelo socialista Francisco Assis, que à última hora achou melhor "não ficar associado" a "atos de hostilidade pessoal" com António Costa, fez sozinho as honras de casa. Politizou o livro o mais possível. Desafiou o Ministério Público a abrir uma investigação criminal à venda do Banif pelo Governo de Costa, por alegado "abuso de poder" e "favorecimento" do Santander. E avisou António Costa que intervir junto do Banco de Portugal (a tese do governador é que houve "intransigência do poder político" no BPI) é "muito grave como intervir numa investigação criminal".

Quem escolheu ficar de fora deste filme foi Marcelo Rebelo de Sousa, que embora sendo obrigado a falar do BPI por ele próprio ter sido chamado a intervir (ver texto ao lado), recusou comentar tudo o mais que

salvou de "O Governador" para atacar um fogo de denúncias, desmentidos e ataques políticos. Fontes da Presidência da República leram no que se passou na Gulbenkian "intensos jogos que já se jogam à direita com os olhos nas próximas presidenciais". E escolhem porquê. Passos Coelho surge como ator principal e Marques Mendes fez-lhe um rasgado elogio por ter tido a "coragem" e "sentido de Estado" para, enquanto primeiro-ministro, ficar imune às "objeções" que do PS, do CDS e até do PSD se moveram contra Carlos Costa. Mas a Mendes disputou-lhe o protagonismo e a presidência acompanharam com interesse o jogo entre dois possíveis candidatos à sucessão de Marcelo pela direita.

Entre os passistas há quem concorde que ficou claro que se o Passos avançar, conta com

o apoio do Mendes e que "se o Passos não avançar, o Mendes conta com o nosso apoio". Falta saber o que faz o passismo se Marques Mendes foi o primeiro a avançar. Certo é que o comentador da SIC lançou a defesa de "instituições fortes, dirigentes corajosos e uma cultura de exigência" porque "tirar definitivamente a página de candidatura".

Marcelo não disse sobre o registro de *thriller* que o ex-governador confessou com gosto ter encontrado no livro de Luis Rosa e que parece ter contado o clima de algum suspense vivido no *meeting* na Gulbenkian. O Presidente passou o dia do lançamento da obra sem sair à rua e sem falar. Mas no dia seguinte, numa sala com centenas de alunos, em Mafra, onde foi comemorar os 100 anos de José Saramago, falou do "Estado sobre a Cegueira" e jorrou ter percebido a mensagem: "Há cegueira política na história grave como intervir numa investigação criminal".

Quem escolheu ficar de fora deste filme foi Marcelo Rebelo de Sousa, que embora sendo obrigado a falar do BPI por ele próprio ter sido chamado a intervir (ver texto ao lado), recusou comentar tudo o mais que